
A EXPERIÊNCIA DA UFRRJ COM A IMPLEMENTAÇÃO DO CURSO DE APERFEIÇOAMENTO EM EDUCAÇÃO DAS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS: EM FAVOR DE UM PROTAGONISMO AFRO-BRASILEIRO NA EDUCAÇÃO BÁSICA

Ahyas Siss¹
Ana Paula Cerqueira Fernandes²

INTRODUÇÃO

As únicas pessoas que realmente mudaram a história foram os que mudaram o pensamento dos homens a respeito de si mesmo.

(Malcolm X)

A Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro insere-se no contexto maior do programa Uniafro, uma iniciativa da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (Secadi/MEC), ao oferecer o Curso de Aperfeiçoamento em Educação das Relações Étnico-Raciais. Por meio da Resolução CD/FNDE nº 14, de 28 de abril de 2008, em que o Ministério da Educação estabelecia critérios para assistência financeira às instituições de educação superior no âmbito do Programa de Ações Afirmativas para a População Negra, firmava-se mais uma parceria.

No conjunto das estratégias propostas estão os cursos de formação inicial e continuada que deveriam ter por foco viabilizar a implementação do artigo 26-A da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) e a promoção do estudo da História da África e da Cultura Afro-Brasileira. A intenção é contribuir para a superação dos preconceitos e atitudes discriminatórias do racismo por meio da aplicação de práticas pedagógicas qualificadas nesses temas nas escolas de educação básica no Brasil.

Programas como o Uniafro chegam às universidades como uma resposta às demandas crescentes tanto da sociedade quanto dos segmentos acadêmicos engajados nas lutas em favor de uma educação comprometida com a edificação de saberes e fazeres antirracistas. Conforme nos mostram Oliveira, Sales & Gouvêa (2014, p. 23), a presença cada vez maior de intelectuais negros e de especialistas no campo das relações

¹ Doutor em Educação - Professor Associado da UFRRJ – PPGEduc/UFRRJ – Coordenador do Opaas – Observatório das Políticas de Ações Afirmativas do Sudeste - <http://r1.ufrrj.br/opaa/pt/>

² Ms em Educação - Professora da Universidade Estácio de Sá e da Rede Estadual de Educação do Rio de Janeiro e do Curso de Pós-Graduação Lato-Senso MEC/UNIAFRO/UFRRJ Política de Promoção da Igualdade Racial na Escola.

étnico-raciais nos espaços acadêmicos está reforçando a inclusão de tais temáticas nos cursos de graduação e também de pós-graduação, principalmente na área de educação. O compromisso com a temática da educação para as relações étnico-raciais no contexto do ensino superior em curso na UFRRJ vem apresentando resultados satisfatórios, tanto que em 2013 foi aprovada e já se encontra em efetivo cumprimento a oferta da disciplina obrigatória Educação e Relações Étnico-Raciais na Escola para todas as licenciaturas do campus de Seropédica. Não se trata de mera inclusão curricular; a disciplina sinaliza o urgente compromisso que os futuros educadores devem ter para com a promoção da igualdade racial na educação básica. Tendo por finalidade a valorização da diversidade étnico-racial e o tratamento com igualdade para a promoção de uma educação igualitária que contribua para uma formação cidadã positiva, a disciplina deverá promover debates que reflitam sobre as diversidades para além do ambiente escolar.

Para fortalecer as bases dessa proposta de militância acadêmica na Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, foi criado em 2006 o Laboratório de Estudos Afro-Brasileiros – Leafro. Ao longo de sua existência, o laboratório vem se consolidando como um centro de excelência na elaboração/proposição de estudos e pesquisas sobre as relações étnico-raciais e de implementação de políticas públicas em educação, bem como na formação de professores na Baixada Fluminense. Implementando parcerias com diferentes órgãos dos governos federal, estadual e municipais, além de ampliar um ambiente propício à pesquisas voltado para estudos que versem sobre desigualdades étnico-raciais, seja na sociedade como um todo ou na escola em particular, o Leafro vem desenvolvendo atividades de ensino, pesquisa e extensão. Tais iniciativas objetivam aprofundar análises das articulações estabelecidas entre as dimensões raciais e étnicas, de classe, cultura, gênero e crença religiosa nas suas interseção com as relações raciais brasileiras e com o processo educativo de acordo com o prescrito na Lei 10639/2003 e em conformidade com as Diretrizes Curriculares Para a Educação das Relações Étnico-Raciais. Assim sendo, o conjunto de ações implementadas pelo Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro pode ser entendido como estratégia em favor da promoção de igualdade racial, ratificando a necessidade não só de acesso, mas sobretudo de permanência dos afro-brasileiros³ no ensino superior.

³ Utilizamos o termo “afro-brasileiro” conforme o entendimento proposto por Siss (2003), em que o conceito designa cidadãos descendentes de africanos nascidos no Brasil e remete a um movimento de identificação étnica dos nascidos na diáspora africana em outros lugares. Ele reflete o crescimento da

Endossando essa linha de pensamento, retomaremos, para efeitos deste breve artigo, alguns aspectos da parceria estabelecida entre o Leafro e o MEC/Secadi/Sesu no tocante a sua participação no Programa Uniafro, já que uma das frentes de atuação do laboratório é justamente a promoção de processos formativos para professores .

EDUCAÇÃO E CIDADANIA: UM BINÔMIO EM FAVOR DOS AFRO BRASILEIROS?

A educação ocupa um lugar histórico e fundamental nos processos de construção e implementação de cidadania plena dos diferentes grupos raciais ou étnicos brasileiros. Em períodos anteriores e ainda hoje, a ela têm sido atribuídos lugares de relevância quando a questão educacional se vincula aos processos de conquista, promoção e manutenção de emprego, bem como de diferenciação de renda e de cidadania plena. O resultado de cuidadosas pesquisas desenvolvidas na área de relações raciais por estudiosos como, por exemplo, Munanga (2013), Andrews (1998) e Hasenbalg (1979/1996), quando aplicadas ao binômio educação e cidadania, permitem identificar a educação como um dos principais e mais poderosos mecanismos de estratificação social, exercendo papel fundamental nos processos de mobilidade vertical ascendente.

Paradoxalmente porém, a existência de uma efetiva política educacional estatal no Brasil data de pouco mais de meio século. Até então e sob o pulso escravocrata e oligarca rural, conforme Linhares (1995),⁴ o Brasil reservou a aprendizagem letrada para a classe dirigente, tanto que até a década de 1920 apenas 25% da população brasileira era alfabetizada. Constata-se, pois, sem qualquer dificuldade, que a imensa maioria da população brasileira estava excluída do processo educacional.

Quanto aos afro-brasileiros, sua exclusão do processo educacional escolarizado é histórica. Durante a vigência do regime escravocrata no Brasil, poucos foram aqueles que defenderam propostas de se fornecer uma instrução escolarizada, ainda que primária, aos escravizados, aos libertos e aos ingênuos. As propostas, nesse sentido, de notáveis abolicionistas como Luiz Gama, Nabuco e Rebouças ou foram relegadas ao esquecimento ou sequer foram seriamente discutidas.

consciência racial entre os negros e, por conseguinte, a formulação de uma etnicidade afro-brasileira ligada a uma identificação étnica com negros de outros lugares.

⁴ *Anuário Estatístico Nacional*, apud Célia Frazão Linhares, 1995, p. 9.

Se é verdadeiro o fato de que o racismo legalmente instituído já não existe em nenhum país neste início de século, podemos constatar também, como realidade objetiva e sem maiores esforços da nossa parte, que no Brasil a categoria raça ou cor, compreendida enquanto atributo socialmente elaborado, constitui-se como um princípio classificatório que está na base da persistência das desigualdades existentes entre os segmentos populacionais branco e afro-brasileiro, como indicam os resultados da última Pesquisa Nacional Por Amostragem Domiciliar realizada pelo IBGE, órgão oficial da República Federativa do Brasil. A título de exemplificação, vejamos os dados da tabela a seguir, onde podemos observar menores índices da população negra quando comparada à população branca no tocante aos anos de estudo.

Tabela 1 – Média⁵ de anos de estudo das pessoas de 25 anos ou mais de idade, segundo as Grandes Regiões e algumas características selecionadas - 2004/2013

Grandes Regiões e algumas características selecionadas	Média de anos de estudo das pessoas de 25 anos ou mais de idade	
	2004	2013
Brasil	6,4	7,7
Norte	5,8	7,1
Nordeste	4,9	6,4
Sudeste	7,1	8,4
Sul	6,8	8,0
Centro-Oeste	6,6	8,1
Situação do domicílio		
Urbana	7,0	8,2
Rural	3,2	4,4
Sexo		
Homem	6,3	7,5
Mulher	6,5	7,9
Cor ou raça (1)		
Branca	7,3	8,6
Preta ou parda	5,2	6,8
Grupos de idade		
25 a 64 anos	6,8	8,3
65 anos ou mais	3,3	4,2
Quintos de rendimento mensal familiar per capita nacional		
1º quinto	3,7	5,4
2º quinto	4,4	6,1
3º quinto	4,9	6,3
4º quinto	6,5	7,8
5º quinto	9,8	10,7

Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2004/2013

(1) Excluídas as pessoas de cor ou raça amarela e indígena

Ao longo do fim do século passado e do início deste, a educação, na perspectiva dos afro-brasileiros, vem se configurando como um novo olhar analítico lançado sobre as múltiplas relações que permeiam os processos de discriminação racial enquanto forma de exclusão, a construção da cidadania, a formação de subjetividades e o papel que a educação desempenha nesses processos. Esse novo olhar tem possibilitado estruturar-se uma nova prática educacional, principalmente por parte de alguns professores afro-brasileiros e militantes na questão. A partir do final dos anos noventa

⁵ Disponível em:

ftp://ftp.ibge.gov.br/Indicadores_Sociais/Sintese_de_Indicadores_Sociais_2014/SIS_2014.pdf.

essa prática vem se constituindo, ainda de forma incipiente, mas que consegue tencionar e influenciar as práticas educacionais ditadas pela tradição em uma sociedade que por mais de 350 anos foi escravista e que aprendeu a perceber os afro-brasileiros sob uma ótica deformada e deformadora.

Aqui nos deparamos com um dos principais desafios que alguns pesquisadores, afro-brasileiros ou não, vêm se colocando, qual seja: saber/aprender a educar para uma sociedade diversificada por gênero, classe social, cultura, raça ou etnia, respeitando as diferenças. Isso implica uma mudança de atitudes e de valores. Apenas reconhecer o caráter diversificado da nossa sociedade é muito pouco, como também não basta que os professores e as instituições escolares reconheçam a diversificação da sua clientela, seja por gênero, classe ou raça, e o fato de haver culturas diferentes. Isso já é sobejamente conhecido. A simples presença física de seus alunos evidencia isso. Se esse reconhecimento não se fizer acompanhar por políticas de respeito aos diferentes e por uma mudança de atitudes frente a eles, dificilmente essa escola será capaz de criar mecanismos potentes para transformar as relações de dominação e de exclusão, tanto no seu interior, quanto na sociedade ampliada.

Por pensar a educação enquanto instrumento de luta em favor do protagonismo afro-brasileiro, como ferramenta combativa e combatente frente às visões estereotipadas que invisibilizam as contribuições e marcas da presença negra na cultura e na história brasileira é que a Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, por meio de seu NEAB/Leafro, foi buscar uma parceria para a criação e implementação do Curso de Aperfeiçoamento Uniafro: Política de Promoção da Igualdade Racial na Escola na modalidade Semipresencial.

O CURRÍCULO ESCOLAR NA FRONTEIRA DA EXCLUSÃO DA POPULAÇÃO NEGRA

Ao propiciar aos professores inscritos subsídios teóricos para a consolidação de uma nova práxis pedagógica no que diz respeito à educação das relações étnico-raciais, conforme explicitados pela Lei 10639/2003, e em conformidade com o Parecer CNE/CP 3/2004 e as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana, podemos dizer que o curso contribuiu para a descolonização dos currículos escolares. Romper com a leitura hegemônica do mundo que adota como referencia a matriz eurocêntrica, branca, cristã e ocidental requer antes de tudo a tomada de uma nova postura diante do fazer

pedagógico, abrindo canais de diálogo e reflexão crítica aos padrões simbólicos que permeiam a escola, a sociedade e o currículo. Pois, conforme nos alerta Gomes:

As mudanças sociais, os processos hegemônicos e contra-hegemônicos de globalização e as tensões políticas em torno do conhecimento e dos seus efeitos sobre a sociedade e o meio ambiente introduzem, cada vez mais, outra dinâmica cultural e societária que está a exigir uma nova relação entre desigualdade, diversidade cultural e conhecimento. (GOMES, 2012, p. 102)

A outra dinâmica cultural a que se refere a autora deve, pois, viabilizar a implementação de práticas pedagógicas mergulhadas em uma vivência multicultural para que o currículo esteja aberto a constantes reformulações. Segundo Munanga:

Os currículos escolares que temos atualmente são reflexos da história do país. Fundamentalmente, baseiam-se na questão da dominação. Em todas as sociedades ocidentais que conhecemos, a educação é monopólio do Estado. Nós não podemos ficar com currículos escolares do século passado que nada têm a ver com a dinâmica da sociedade. Não temos que ficar com currículo escolar que é simplesmente fundamentado em uma única visão do mundo, numa visão eurocêntrica que não contempla a diversidade, que não contempla as diferenças. Na realidade não é um currículo inclusivo, e sim exclusivo. (MUNANGA, 2013, p. 29)

Entendemos que a proposição do curso de aperfeiçoamento contemplou tal premissa, contribuindo para o exercício crítico do olhar docente, sendo ferramenta para ampliar conhecimentos, possibilitando aos atores envolvidos a experiência de reformulação de suas práticas em favor das diversidades.

Pesquisadores como Barreto (2009, 2011), Cavalleiro (2003), Gomes (1995, 1997, 2004), Paixão (2010), Rosemberg (1987), Siss (2012) e Siss e Barreto (2012) demonstram que muitos professores se relacionam com alunos negros e alunas negras de forma diferenciada, chegando mesmo a resistir à ideia de que o racismo exista na sociedade brasileira e que por essa razão se manifeste tanto nas salas de aula quanto na escola em geral. Essa visão encobre uma dura realidade e evidencia a força operante do mito da democracia racial, segundo o qual a sociedade brasileira é uma comunidade imaginada sem racismo, preconceito ou discriminação.

Para Siss e Barreto (2012), o sistema educacional no Brasil reproduz, com frequência, práticas discriminatórias, racializadas e racistas, existindo um círculo vicioso que combina racismo, pobreza, fracasso escolar e marginalização social. A soma dessas práticas impede o desenvolvimento dos direitos humanos, o exercício pleno da cidadania e a possibilidade de participação social, econômica, cultural e política do

segmento populacional negro majoritariamente aí inserido de forma subalternizada. Essa realidade é o que delinea e estabelece as duras fronteiras da exclusão da população negra deste país, sendo urgente e inadiável, no contexto educacional, a construção de uma política de formação inicial e continuada de professores baseada em princípios antirracistas, educando para as relações étnico-raciais e valorizando a diversidade, a equidade e a justiça social.

O CURSO DE APERFEIÇOAMENTO UNIAFRO: POLÍTICA DE PROMOÇÃO DA IGUALDADE RACIAL NA ESCOLA

A Resolução/CD/FNDE nº 14 de 28 de abril de 2008 estabelece:

Art. 2º Os cursos de formação inicial e continuada, assim como os materiais didáticos objetos dessa Resolução, visam à implementação do Artigo 26-A da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) e à promoção do estudo da História da África e Cultura Afro-Brasileira com o objetivo de contribuir para a superação dos preconceitos e atitudes discriminatórias do racismo por meio da aplicação de práticas pedagógicas qualificadas nesses temas nas escolas de Educação Básica no Brasil. (BRASIL, 2008, p. 2)

Ao retomar a ideia da urgente necessidade de respeito e valorização da diversidade étnico-racial presente nas escolas brasileiras, a resolução pode ser compreendida como uma resposta do Estado brasileiro às demandas dos movimentos sociais que vêm clamando pelo reconhecimento não só da importância como também do protagonismo afro-brasileiro no contexto nacional brasileiro. A resolução vem para oportunizar ciclos formativos que dialoguem com desejos de uma sociedade mais justa e democrática já apontados no Parecer CNE nº 03/04:

O parecer procura oferecer uma resposta, entre outras, na área da educação, à demanda da população afrodescendente, no sentido de políticas de ações afirmativas, isto é, de políticas de reparações, e de reconhecimento e valorização de sua história, cultura, identidade. Trata, ele, de política curricular, fundada em dimensões históricas, sociais, antropológicas oriundas da realidade brasileira, e busca combater o racismo e as discriminações que atingem particularmente os negros. Nesta perspectiva, propõe a divulgação e produção de conhecimentos, a formação de atitudes, posturas e valores que eduquem cidadãos orgulhosos de seu pertencimento étnico-racial – descendentes de africanos, povos indígenas, descendentes de europeus, de asiáticos – para interagirem na construção de uma nação democrática, em que todos, igualmente, tenham seus direitos garantidos e sua identidade valorizada. (BRASIL, 2004, p. 1)

O ciclo formativo aprovado e implementado pelo NEAB/UFRRJ no campus de Nova Iguaçu ofertou cinquenta vagas, destinadas aos profissionais da educação atuantes

na rede pública de ensino da região da Baixada Fluminense. Na modalidade semipresencial, o curso foi desenhado com uma carga horária de 210 horas, sendo 110 horas presenciais e outras 100 a distância. Os encontros presenciais aconteceram entre os meses de fevereiro e maio de 2014, oferecendo dez eixos temáticos que abordaram conteúdos de relevante importância para o conhecimento da história e da cultura afro-brasileira e africana, conforme tabela a seguir:

Tabela 2 – Eixos temáticos

Módulos		Realização (Dias/Mês)	Carga Horária
I	Relações Étnico-Raciais no Brasil	07 e 08 /02	10
II	Introdução à tecnologia de Educação a Distância	14 e 15 / 02	10
III	Políticas de Ação Afirmativa	21 e 22/02	10
IV	Educação das Relações Étnico-Raciais e seus condicionantes legais	14 e 15/03	10
V	Educação e identidade étnico-racial	21 e 22/03	15
VI	História e Cultura Afro-brasileira	28 e 29/03	10
VII	Componentes regionais da Educação das Relações Étnico-Raciais e do Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana	04 e 05/04	10
VIII	Literatura afro-brasileira	11 e 12/04	10
IX	Educação das Relações Étnico-Raciais e construção do currículo escolar	25 e 26/04	15
X	Arte e cultura africana e afro-brasileira	09 e 10/05*	10
Total			110

** Incluindo visitas técnicas – Circuito Histórico Iguazu Velho e Instituto de Pesquisas Afro-Cultural Odé Gbomi⁶

Fonte: Arquivos do Gpesurer/Leafro 2014

Os conteúdos de ensino trabalhados ao longo dos módulos, bem como a sua metodologia de ensino, deveriam oportunizar aos estudantes a elaboração de projetos de

⁶ Para conhecer mais, acesse: <http://institutoafroodegbomi.com.br/index.php>

intervenção pedagógica na perspectiva da educação das relações étnico-raciais para a educação básica ou ainda um artigo científico que versasse sobre tema afim, onde os cursistas contaram com o suporte de um professor orientador, escolhido pelos discentes no contexto do corpo acadêmico, que ministrou as aulas ao longo do período previsto. Alguns trabalhos finais foram realizados de forma coletiva, envolvendo mais de um discente, o que pode ser visto como um esforço positivo para garantir abordagens plurais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No conjunto dos temas desenvolvidos, observamos a recorrência da temática identidade negra, para o que foram apresentados os seguintes projetos: Cabelo e Identidade Negra no Espaço Escolar; Interferindo Positivamente na Construção da Identidade Negra no Espaço Escolar; A Identidade Negra no Chão da Escola e Cabelos e Diversidade Estética: A Beleza dos Cabelos Crespos. A leitura que fazemos acerca das escolhas pode estar diretamente associada ao fato de o perfil da turma ser majoritariamente formado por mulheres. Do total de professores concluintes, 81% eram do sexo feminino. Outro aspecto que pode ter contribuído para essa recorrência temática é o quesito cor, em que 72% das docentes se autodeclararam pretas e pardas. Vale observar como interessante a maior representatividade dos docentes que atuam nas redes municipais de educação, em que o percentual de inscritos que declaram atuar em redes municipais foi da ordem de 62% das inscrições recebidas. Como é sabido, cabe às instancias municipais a oferta da educação para o primeiro segmento do ensino fundamental, momento de crucial importância para a construção da identidade. Os relatos dos docentes reforçam a leitura dos números, posto que ao longo dos módulos colhemos depoimentos que evidenciavam o maior grau de dificuldades para as docentes no trato pedagógico da valorização da autoestima da população de origem afro-brasileira.

Ainda que a oferta de vagas se tenha limitado a um quantitativo de 50, observamos ao longo dos encontros, a partir dos relatos do público atendido, a necessidade de ampliação de tais redes formativas na Baixada Fluminense para um número maior de professores. Há uma demanda reprimida, fala corrente entre os cursistas, no sentido de reconhecerem a possibilidade valiosa de poderem fazer o Curso de Aperfeiçoamento Uniafro, mas em contrapartida o reconhecimento de que não é

tarefa fácil conciliar rotina de trabalho e formação acadêmica. A ideia de que não é possível haver docência sem discência (Freire, 1996), mais que atual, é de fundamental importância. Garantir essa práxis pedagógica implica desenvolver esforços que superem as dificuldades da rotina docente, em que cada vez mais o espaço destinado à pesquisa e formação em serviço tem sido otimizado em detrimento de uma produtividade avassaladora que compromete a qualidade do processo educacional. Fazendo um alerta para essas e outras questões, Siss & Barreto ainda discorrem sobre as lacunas na formação inicial de muitos docentes no que se refere ao eixo temático da história e cultura afro-brasileira e africana, afirmando que:

É bom lembrarmos que, se a formação continuada de professores é um direito do professor, esse processo formativo coloca algumas exigências para esses profissionais, tais como disponibilidade para aprendizagem e vontade de aprender a aprender, entre outras coisas. Da instituição escolar, por outro lado, requer-se que sejam criadas alternativas, ou condições que propiciem a esses profissionais a continuidade de seu processo formativo. (SISS & BARRETO, 2012, p. 57)

Outro aspecto interessante a ser pontuado neste balanço após a conclusão do ciclo de formação é a constatação de que tais iniciativas fortalecem as redes de saberes e fazeres em âmbito acadêmico articulado ao universo da prática escolar. Docentes que empoderam seus discursos fortalecem a luta antirracista, que precisa ser diária e contínua para além das escolas, alcançando a sociedade como um todo. Há um misto de academicismo e consciência política do papel social do educador como formador de opinião e que, agora de forma mais sistêmica, percebe o quanto é preciso estar atento ao combate dos discursos hegemônicos, excludentes e cheios de preconceitos. No universo dos professores cursistas que participaram da turma 2014 do Curso de Aperfeiçoamento Uniafro, observamos como vale a pena estabelecer o elo que não pode mais se quebrar entre o espaço da pesquisa acadêmica e o universo dinâmico da realidade escolar! Reiteramos aqui que o professor precisa dar continuidade ao seu processo de formação inicial, lembrando que a formação continuada implica necessariamente a postura assumida pelo profissional frente à ampliação de sua formação inicial, entrelaçando seus saberes-fazeres, integrando e interagindo com os diferentes, visando a produção da educação das relações étnico-raciais em prol do aprimoramento das relações e do respeito às diferenças (Siss & Barreto, 2012). Esse é, pois, o caráter complexo do desafio da formação humana em educação das relações étnico-raciais, sendo, nesse contexto, a qualificação de professores, gestores e demais profissionais da educação

para trabalhar em uma perspectiva étnico-racialmente referenciada e não excludente importantíssima, necessária e sempre urgente.

REFERÊNCIAS

- Andrews, George Reid. *Negros e Brancos em São Paulo*. Tradução de Magda Lopes, revisão técnica e apresentação de Maria Lígia Coelho Prado. Bauru: EDUSC, 1998.
- Barreto, M.A.S.C, e ANDRADE, P.G.R. Articulações possíveis do Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros da UFES: atravessamentos e construções no campo da formação de professores. Seminário Nacional Africanidades e Afrodescendência: Formação de Professores para Educação das Relações Étnicas, 1. Anais... Fortaleza: UFC, 2009.
- Barreto, M.A.S.C. O Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros da UFES: construindo possibilidades no campo da educação. In: Siss, A. e Monteiro, A.J.J. *Educação e Etnicidade: Diálogos e Ressignificações*. Rio de Janeiro: Quartet, 2011.
- Brasil. Congresso Nacional. Lei nº 9394 de 2 de dezembro de 1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm . Último acesso: 11/05/2015.
- _____. Congresso Nacional. Lei nº 10639 de 9 de janeiro de 2003. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/110.639.htm. Último acesso: 11/05/2015.
- _____. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana. Brasília: MEC, 2004.
- _____. MEC. Resolução/CD/FNDE nº 14 de 28 de abril de 2008. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/sesu/arquivos/pdf/UNIAFRO/resolucao14_2008.pdf. Último acesso 11/05/2015.
- Cavalleiro E. *Do Silêncio do Lar ao Silêncio Escolar. Racismo, Preconceito e Discriminação na Educação Infantil*. São Paulo: Contexto, 2003.
- Freire, Paulo. *Pedagogia da Autonomia: Saberes Necessários à Prática Educativa*. São Paulo: Paz e Terra, 1996 (Coleção Leitura).
- Gomes, N. L. *A Mulher Negra que Vi de Perto*. Belo Horizonte, MG: Mazza, 1995.
- _____. A contribuição dos negros para o pensamento educacional brasileiro. In Silva, P.B.G e Barbosa, L.M. de A. *O Pensamento Negro em Educação no Brasil. Expressões do Movimento Negro*. São Carlos: UFSCar, 1997, 17-30.
- _____. Diversidade cultural, currículo e questão racial. Desafios para a prática pedagógica. In Abramowicz, A., Barbosa, L.M. de A. e Silvério, V.R. *A Educação como Prática da Diferença*. Campinas: Armazém do Ipê(Autores Associados), 2004: 80-108.
- _____. Relações étnico-raciais, educação e descolonização dos currículos. *Currículo sem Fronteiras*, v. 12, n. 1, p. 98-109, jan/abr 2012. Disponível em: <http://www.acaoeducativa.org.br/fdh/wp-content/uploads/2012/11/curr%C3%ADculo-e-rela%C3%A7%C3%B5es-raciais-nilma-lino-gomes.pdf>. Último acesso: 11/05/2015.

Gouvêa, F.C.F., Oliveira, L.F. de e Sales, S.R. (orgs). Educação e Relações Étnico-Raciais: Entre Diálogos Contemporâneos e Políticas Públicas. Petrópolis: De Petrus et Alli, 2014.

Hasenbalg, Carlos A. Discriminação e Desigualdades Raciais no Brasil. Rio de Janeiro: Graal, 1979.

_____. Entre o mito e os fatos: racismo e relações raciais no Brasil. In Maio, Marcos e Santos, Ricardo Ventura (orgs.), Raça, Ciência e Sociedade. Rio de Janeiro: Fiocruz/CCBB, 1996.

Munanga, Kabengele. Políticas curriculares e descolonização dos currículos: a lei 10.639/03 e os desafios para a formação de professores. Educação e Políticas em Debate, v. 2, n. 1, jan./jul. 2013.

Paixão, Marcelo. Relatório Anual das Desigualdades Raciais no Brasil – 2009-2010. 5 Disponível em:

http://www.laeser.ie.ufrj.br/PT/relatorios%20pdf/Relat%C3%B3rio_2009-2010.pdf.
Último acesso: 11/05/2015.

Rosemberg, Fúlvia. Relações raciais e rendimento escolar. Cadernos de Pesquisa. São Paulo, n.º 63, p. 19-23, nov. 1987.

Siss Ahyas. Dimensões e concepções de multiculturalismo: considerações iniciais. Cadernos Penesb. Niterói: Editora da UFF, n.º. 4, 2002, p. 145-60.

_____. Afro-Brasileiros, Cotas e Ação Afirmativa: Razões Históricas. Rio de Janeiro: Quartet, 2003.

_____. Afro-brasileiros e educação superior: notas para debate. In Costa, Hilton, Pinhel, André e Silveira, Marcos Silva da (orgs). Uma Década de Políticas de Ação Afirmativa: Panorama, Argumentos e Resultados. Ponta Grossa: Editora da UEPG, 2012.

_____. O papel da educação na construção das identidades étnicas como fator primordial para o exercício pleno da cidadania. In Barreto, Maria Aparecida Santos Corrêa, Rodrigues, Alexandro e Siss Ahyas (orgs.). Africanidades: Produções Identitárias e Políticas Culturais. Vitória, EdUFES, 2013.

_____. e Barreto, Maria Aparecida Santos Corrêa. Formação de professores com foco na educação das relações raciais com vista à justiça social. In Gonçalves, Maria Alice R. e Ribeiro, Ana Paula Alves (orgs). Diversidade e Sistema de Ensino Brasileiro. Rio de Janeiro. Outras Letras. 2012: 51-62.